

as habilidades e competências necessárias, não têm a mesma disponibilidade financeira para se dedicar à memorização de conteúdo”, pondera Tristão.

Especialista em projeto de lei, a economista Helena Wajnman afirma que o atual modelo de aplicação do concurso público é desigual, pois favorece pessoas que têm recurso financeiro e tempo disponível para estudar. A diretora da República.org — instituto dedicado a melhorar a gestão de pessoas no serviço público do Brasil —, defende que o processo deve ser mais “representativo” para a população, abrindo as portas do serviço público a grupos historicamente sub-representados.

Wajnman observa que, além da prova tradicional de conhecimento e o acréscimo de avaliação psicológica, esses processos seletivos devem valorizar, sobretudo, a competência e a vocação dos candidatos. “Os editais precisam trazer critérios bem desenhados. Além disso, é muito importante que haja no processo, formalização e motivação de todo concurso, com nomeação de comissão apta a promover as análises necessárias” afirma.

A professora da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Vera Monteiro, é mais uma a criticar o padrão atual de concurso público no país. Os atuais, afirma, são ultrapassados e defasados. “Nos contentamos com um modelo que se tornou obsoleto, fundamentalmente por ser incapaz de promover a diversidade no setor público, seja de conhecimentos, habilidades, competências e de pessoas. O concurso não deveria premiar o concurseiro, mas a pessoa efetivamente vocacionada para a posição pública”, defende.

Monteiro compara o modelo de concurso público vigente no Brasil ao utilizado na França, onde, a escolha de servidores públicos é definida por provas de títulos e de conhecimento. Segundo ela, países como o Chile e os Estados Unidos adotaram avaliações bem mais adequadas, que levam em consideração não só critérios técnicos, mas também entrevistas e outras dinâmicas que resultam na percepção de pessoas verdadeiramente vocacionadas para a função pública.

Além de garantia de maior igualdade entre os candidatos, Monteiro considera que o PL 2258 pode garantir maior segurança nos certames. “Vivemos uma época de alta litigiosidade nos concursos públicos, com decisões judiciais que param os processos”, observa. “Diante disso, a estruturação das



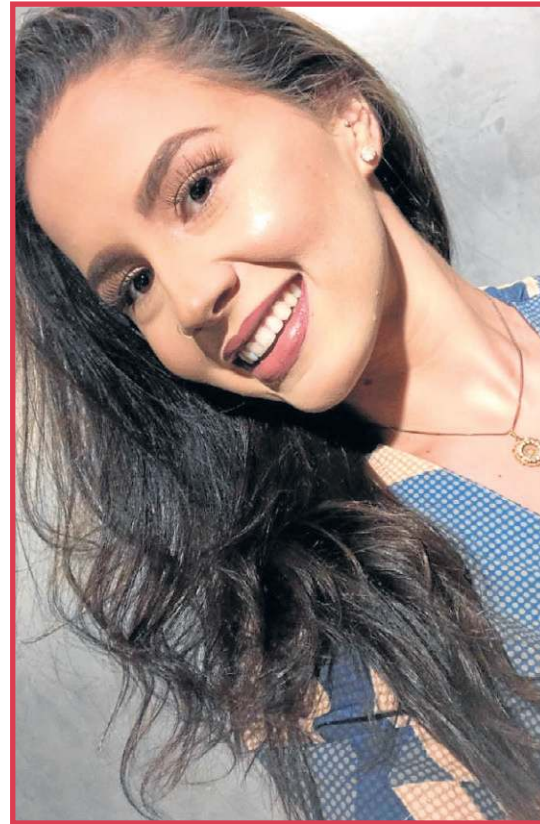
Érika defende a adoção de cotas sociais



Helena Wajnman: “Modelo atual é desigual”



Vera Monteiro, da FGV: por mais diversidade



Luara Bello: atenção na igualdade

etapas e a clareza quanto aos métodos de seleção e avaliação em lei garantirão mais segurança jurídica a todos os envolvidos.”

Desigualdade

Há quatro anos a advogada Érika Saraiva, 33 anos, está tentando ingressar na Polícia Civil

do Paraná, com períodos de descanso e de preparação para testes físicos. Segundo ela, a maior dificuldade nesse processo é se manter financeiramente. “Quando é preciso trabalhar e, ao mesmo tempo estudar, torna-se uma rotina cansativa. Eu, por exemplo, já trabalhei oito horas por dia e conseguia estudar três horas

seguidas. Fazer isso de cinco a seis vezes por semana é muito desgastante e sobra muito pouco tempo para atividades físicas e outras tarefas do dia a dia” afirma.

Sobre a possibilidade de mudanças futuras nos concursos públicos, ela defende a adoção de cotas sociais, como as existentes no Rio de Janeiro e em Brasília, em

âmbito nacional, como critérios de análise de renda e para egressos de escolas públicas. A concurseira, que sempre estudou na rede pública e começou a trabalhar aos 16 anos, afirma que a competição, nos moldes atuais, é muito desigual. “Candidatos que tiveram boa base de ensino e dominam matérias básicas, como matemática e português certamente têm mais vantagens em qualquer processo seletivo”, acredita.

Com relação a aspectos estruturais dos processos usados nos dias de hoje, ela defende a adoção de medidas específicas. “É imperativo que haja a regulação dos procedimentos, sobretudo a responsabilidade das bancas de aplicação com os candidatos nos casos de cancelamento, atrasos e conteúdos fora do edital”, diz.

Graduada em direito e pedagogia, Luara Bello, 29, também estuda para concursos públicos há quatro anos. Ela conta que, desde o final de 2019, sua rotina se tornou bastante “complexa”. “Não apenas porque tive de abdicar de vários sonhos, mas também por questões emocionais, como conflitos internos e familiares, desmotivação, compromisso e dificuldades diárias”, lamenta.

Bello engrossa o coro dos que se ressentem com a desigualdade presente nos processos seletivos. “Apesar de ser apregoada, a igualdade nas provas não é algo que observamos na prática. O índice de mulheres nas provas da polícia é um exemplo clássico. Acho que deveria haver mais atenção e investimento em igualdade, fazendo com que esse sistema funcione de verdade”, defende.

Desde 2020, a advogada Carinne de Oliveira, 26, trocou sua rotina de encontros com os amigos e familiares. Desde então, passou a estudar diariamente para o concurso da Câmara dos Deputados. Para ela, o maior desafio é manter a constância e também a disciplina nesse processo. A concurseira também considera que os moldes atuais de concursos públicos dificulta a seleção de candidatos pobres. “É importante a implementação de cotas raciais e sociais, para que os processos seletivos sejam mais justos. Além disso, acho que a avaliação e o conteúdo das provas devem ser centrados na atuação do agente público no cotidiano”, diz.

*** Estagiária sob a supervisão de Jäder Rezende**